

Haddad vê falta de amadurecimento dos políticos para a estabilização

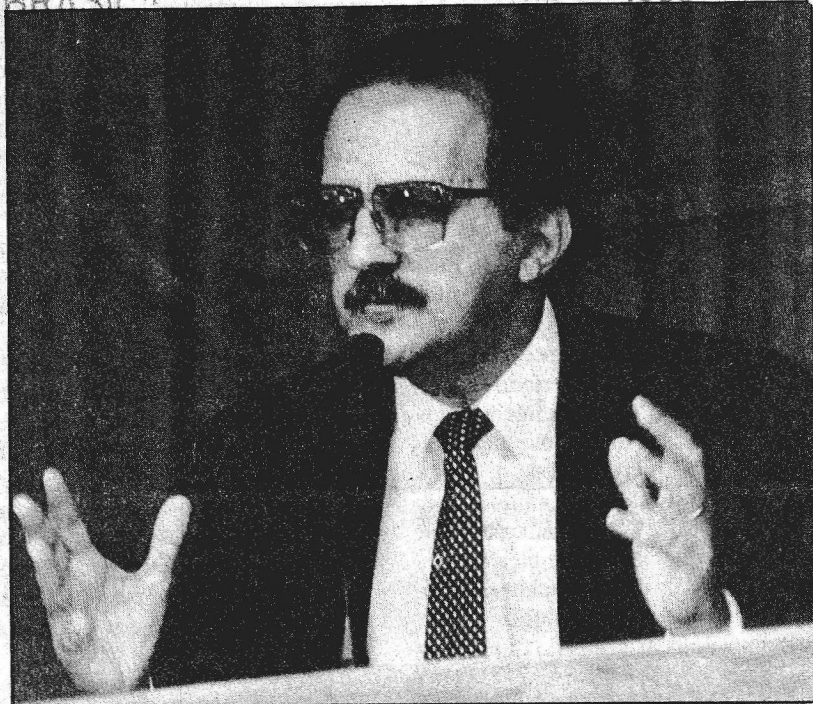
Belo Horizonte

O ex-ministro da Fazenda Paulo Haddad disse ontem que a sociedade brasileira está amadurecida para a implantação de um programa de estabilização econômica, o que não acontece com os dirigentes políticos. Segundo ele, há um processo de conscientização de que o estado de pobreza de 50 milhões de brasileiros não pode continuar e uma predisposição política do conjunto da sociedade para fazer as reformas institucionais e estruturais necessárias.

— Provavelmente quem não esteja amadurecido para este programa sejam os nossos dirigentes políticos — disse Haddad, durante discurso, quando foi homenageado pelos alunos da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, onde é professor aposentado, e que passou a ter o seu nome.

Haddad evitou qualquer crítica direta ao presidente Itamar Franco. Não quis comentar sua nova postura de não mais dar entrevistas sobre assuntos da área econômica, o que passou a ser de competência exclusiva do ministro da Fazenda, Eliseu Resende. Paulo Haddad também disse ser prematuro afirmar-se que o governo não tem mais interesse em implantar o IPMF.

O ex-ministro considera o novo tributo, que segundo ele vai gerar uma receita de US\$ 600 milhões a US\$ 700 milhões mensais ao governo, indispensável para acertar o fluxo de caixa do Tesouro Nacional.



Para Haddad, a sociedade já está disposta a aceitar reformas

Haddad disse ainda que o novo imposto deveria ser implantado o mais rapidamente possível, o que contraria a disposição do presidente Itamar de submeter a regulamentação do IPMF a um grupo de notáveis do Congresso antes de enviá-lo à apreciação dos parlamentares, o que adiará sua cobrança para o final do ano. Para Paulo Haddad, o ideal é que o IPMF começasse a ser cobrado já em maio.

O presidente Itamar recebeu um orçamento que não contemplava a isonomia salarial dos funcioná-

rios públicos, nem os 147% dos aposentados, nem a despesa do programa de saúde. Então acho que este imposto, embora seja incomôdo, desconfortável e apresente dificuldades técnicas, é absolutamente indispensável para que o governo possa administrar financeiramente o País — explicou Haddad, lembrando que se trata de imposto “de travessia”, que permitirá executar o orçamento fiscal deste ano, enquanto se processa a reforma tributária mais abrangente, que acontecerá na revisão constitucional.